

ECONOMIA E DEMOCRACIA OU A CONTROVÉRSIA DO CAPITALISMO EM CRISE

Eunice de Andrade¹

1. INTRODUÇÃO

Este artigo não pretende uma discussão aprofundada em torno do tema da democracia no capitalismo, que mereceria nossa atenção em outra oportunidade. Nosso objetivo é resgatar as aproximações e divergências de alguns argumentos em torno do tema, enfocando as argumentações de Hirschman, Schumpeter e Przeworski.

A viabilização da ordem democrática na sociedade passa indubitavelmente pelas relações econômicas instaladas. O grau de dinamismo encontrado no desenvolvimento econômico é capaz de influenciar decisivamente a condução da ordem social, constituindo determinante decisiva do alcance das políticas públicas.

Se há convergência, mas descrença quanto à ordem desejada nas sociedades, manifesta-se em contrapartida uma prudência em se limitar a "ordem possível" que traga mais convergência de opiniões.

Discutiremos as condições tratadas pelos autores em questão quanto às suas perspectivas para as sociedades capitalistas. Por não ser a economia impermeável à política e sendo a democracia uma ordem manifestante desejável, discutiremos concomitantemente a democracia no capitalismo.

Finalmente, faremos uma tentativa de relativizar as diferentes argumentações estudadas num esforço de crítica.

¹ Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas) e doutoranda na Universidade de Paris I/Panthéon/Sorbonne; Mestre pela UNICAMP.

2. DEMOCRACIA NO CAPITALISMO - TESES CONTEMPORÂNEAS

Antes de discutir a ordem desejável, a ordem democrática, perceptível em diferentes argumentos, seria conveniente nos reportarmos à problemática das motivações de base do sistema: as paixões e interesses. Estas motivações se contrapõem nas sociedades de mercado e vários teóricos se referiram de forma diversa a elas para se lançarem depois a prognósticos em torno dos rumos possíveis da ordem política e econômica.

Para contrabalançar as ditas "paixões" que seriam definidoras do estado de permanente instabilidade nas sociedades, as práticas de comércio (onde a motivação são os "interesses") seriam capazes de conferir à sociedade um estado de harmonia necessário à convivência pacífica entre os indivíduos. Esta tese está presente nas teorias em períodos distintos da história, e a este respeito "apresentam interconexões, que Hirschman incessantemente procura demonstrar em sua obra "The Rival Views", sobretudo nas suas preocupações com as implicações políticas.

As teorias de suave comércio apresentariam nas virtudes do comércio o sentido de contrapeso para os efeitos desestabilizadores das "paixões". Os "interesses" cumpririam a função de aparato para a construção de uma ordem social e política mais eficiente. A mão invisível de que nos falaria Adam Smith teria o mesmo significado - o mercado funcionando como auto-regulador implica no equilíbrio da ordem social.

Na exposição de Hirschman, nos diferentes enfoques das teorias econômicas que ele avalia, fica manifesta a preocupação com a ordem política (e conseqüências sociais) que engendram o desenvolvimento econômico no capitalismo.

O sentido de sua argumentação é de uma percepção da economia, e dos economistas, que, buscando freqüentemente se despojar das paixões, ou de seus traços de irracionalidade, não conseguem imunidade

na totalidade dos casos no que se refere à influência decisiva da ideologia (em prejuízo das considerações de essência humana).

Devemos esclarecer que o termo “interesses” em Hirschman, *“foi usado como um termo genérico para aquelas paixões às quais se atribui a função de contravalor (...) ‘interesses’ de pessoas e grupos que acabaram por concentrar-se na idéia de uma vantagem econômica, enquanto o seu significado essencial presente não somente na linguagem comum como também na linguagem própria de ciências sociais, como é o caso de ‘interesses de classes’ e ‘grupos de interesses’”*. (Hirschman, “Paixões e Interesses”).

Nas teses de “Douce Commerce” - onde o capitalismo era louvado por sua potencialidade, capaz de ativar algumas propensões humanas benignas à custa de outras malignas - , o centro das preocupações era com a arte de governar. Montesquieu e Stuart Mill acreditavam que a expansão do comércio e da indústria impossibilitariam o processo arbitrário e autoritário da tomada de decisões pelo soberano. Para Montesquieu o desejo de ganho (Douce) é autopropulsor e insaciável tal como o anseio de poder (preocupante): *“qualquer melhoria na organização doméstica, política ou econômica que restringisse efetivamente tal comportamento teria indiretamente conseqüências benéficas a nível internacional e aumentaria as probabilidades de paz. Porém, sendo o comércio internacional uma transação entre nações, poderia ter também um impacto direto sobre as probabilidades de paz e guerra: uma vez mais os interesses poderiam superar as paixões, especificamente as paixões de conquista. Todavia, o próprio Montesquieu apontava os elementos contraditórios do ‘douce commerce’: O comércio traz consigo manifestações das relações humanas e o desaparecimento da hospitalidade etc.”* (Hirschman, 1979). Já Stuart Mill mostra-se ciente de que a expansão do comércio aumentava o poder do reino, mas a introdução de um plano econômico adequado delimitaria os excessos possíveis do despotismo.

Se a nível individual é viável se pensar no benefício da motivação por interesses, outra é a realidade social; nela os indivíduos não são resumidos a uma unidimensionalidade. Como HORKEIMER mostra,

"a posição do 'interesse pessoal' da necessidade capitalista acantona a razão num papel bastante subalterno; reduzida a ser tão somente um instrumento utilizado tendo em vista um objetivo predeterminado; ela não tem nada a dizer sobre quais deveriam ser as finalidades da ação humana".

A crítica ao suave comércio aponta a tendência no sistema de mercado à criação de uma adesão coletiva resultante do desenvolvimento econômico. Seriam previsíveis por essa via a irrupção de novas modalidades de paixões e de interesses. Novas formas de organização resultariam como manifestações de categorias próprias ao novo sistema (exemplo: sindicatos), e também novas paixões se manifestariam (por exemplo na luta de classes).

Não vamos nos estender em detalhamentos sobre a tese dos entraves feudais (Hirschman aponta sua convergência no sentido negativo com a tese do doce comércio) e sobre a tese da autodestruição (onde a sociedade de mercado manifestaria tendência de minar os fundamentos morais que servem de base a toda sociedade inclusive naquela onde reina o capitalismo), todas elas apresentam argumentações às vezes contraditórias e evidenciam um aspecto essencial: o de que a economia não é impermeável à política. A proximidade destas teorias sem que uma tome consciência da outra evidencia a pouca apreensão que uma tem sobre a outra,

"a falta de abertura para informações novas e para as opiniões das outras são um perigo real para o funcionamento da sociedade democrática."(Hirschman, "1986").

O entendimento da sociedade que leve em conta a coexistência de diversos interesses individuais, num contexto de uma sociedade de mercado, e que pressuponha por isso uma demanda coletiva ou um conjunto de aspirações que se resumem em bem estar social, assumiriam nas teorias mais contemporâneas um conteúdo primordialmente político. De tal forma, o pensar o capitalismo e suas possibilidades de sobrevivência deve passar pela discussão de como este sistema resolve as demandas diversas em seu seio, e como seria possível

experimental ou reduzir, ao mínimo possível, o nível de insatisfações (interesses frustrados) das diversas classes. Uma ordem, desejável, seria a democrática, mas dependeria das pré-condições encontráveis na sociedade o seu maior êxito ou seu fracasso.

Em Schumpeter assistimos ao pessimismo quanto às probabilidades de sobrevivência do capitalismo, ainda que encontremos destaque às "virtudes". Sobre a democracia no capitalismo, ele também não nos dá muitas esperanças.

O capitalismo não estaria condenado ao extermínio pelo seu mau desempenho econômico, mas por outras circunstâncias que se traduzem numa debilitação de seu alicerce moral na sociedade de mercado. Aliás, a eficiência e a renovação contínua (fundamental para o capitalismo) são entendidos como méritos do sistema de mercado constatáveis no seu desempenho no longo prazo.

Se não fossem as condições de ruína do alicerce moral do capitalismo, não se poderia apontar pelo seu desempenho outro sistema para satisfazer grande parte das aspirações coletivas. Apenas se torna problemática a adesão a essa ordem econômica quando se depara com as conseqüências das crises (próprias ao desenvolvimento cíclico do capitalismo) sobre as estruturas psicossociais.

Neste sentido está o desemprego que, ao expor o homem a condições degradantes, faz com que cresça na sociedade a mobilização anti-capitalista. A adesão de classes superiores no estrato econômico às reivindicações de camadas subalternas tem a ver com a dinâmica que se articula entre as classes que se depararão com tais situações de instabilidade. Quando a camada de intelectuais se mobiliza pelos interesses do proletariado estaria manifestando sua própria frustração de não conseguir ocupar o status social que sua formação acadêmica lhe conferiria.

Assim sendo, a argumentação de Schumpeter é colocada por Hirschman com aproximação às teses de autodestruição. Mas traz elementos também da tese das heranças feudais. O capitalismo carregaria desde sua formação uma vinculação com a ordem encontrada nos sistemas feudais.

“Se os fundamentos sociais e ideológicos da ordem capitalista devem muito mais à herança do passado do que supõe a burguesia conquistadora e seus ideólogos, então seus trabalhos de demolição terão como resultado não desejado a corrosão de seu próprio suporte ideológico”(Hirschman, 1979)

Um substrato de intelectuais encontrava no capitalismo, tal como no regime feudal, legitimidade moral às suas formulações políticas. O novo substrato de intelectuais encontrável no capitalismo se antepõe, na melhor das hipóteses, de forma insuficiente, na defesa do capitalismo, predominantemente aumentando as teses anti-capitalistas.

Além disso, o próprio processo de destruição criativa (tão valorizado por Schumpeter pelos seus efeitos renovadores e impulsionadores ao desenvolvimento econômico) acabaria por mostrar-se sucateador de recursos (o desperdício é difícil de se justificar em sociedades onde considerável parcela da população se encontra despojada de condições de vida decentes).

Também a despersonalização da atividade produtiva e, conseqüentemente, do sentimento de propriedade e compromisso com a produtividade, tornam-se cada vez mais imperceptíveis já que grande parcela do patrimônio empresarial é parcelado entre milhares de acionistas. A participação do tipo acionário converte a responsabilidade direta do comando da empresa externa ao interesse pessoal e familiar. A motivação de inovar para benefício próprio fica muito diluída, as inovações se realizam de forma cada vez mais desacelerada: *“O impulso fundamental que inicia e mantém a máquina capitalista estaria desfeito”*.

A administração eficiente da sociedade se converteria então na demanda central eficiente para atender às demandas sociais.

O papel do Estado se limitaria à gestão burocrática. Tal ação só será efetivamente possível com a atuação de uma burocracia bem treinada, eficiente e respaldada pela população - burocracia que cumpriria o papel de ator central na condução político-econômica da sociedade.

de. Seus méritos tornariam em si mesmos dispensável a própria democracia.

Em suma, a argumentação de Schumpeter se direciona a uma condução fundamentalmente econômica da sociedade. A política é preferencialmente reduzida à questão econômica, através da ação de uma burocracia eficiente.

O próprio entendimento da democracia fica distanciado dos pressupostos clássicos. Não é indispensável que haja participação efetiva dos cidadãos no sentido de uma participação racional nas decisões, e nem ao menos que deva encontrar-se representada a "vontade geral". A política é exercida como carreira e o profissional da política tem autonomia, o povo só tendo oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo.

Neste caso, o sentido da argumentação é de que os cidadãos seriam melhor atendidos em suas demandas sociais por meio de uma eficaz gestão econômica do que por um sistema abstrato, a democracia.

A racionalidade, característica básica destacada por Schumpeter para o capitalismo, não o leva a prognosticar maiores chances para a democracia neste sistema, pelo contrário. A consolidação democrática passa pelo empreendimento de "lideranças competitivas" ao mesmo tempo com o apoio de vasta maioria da população em todas as classes, todos submetidos às "regras do jogo" previamente estabelecidas;

"implica que todos estejam substancialmente de acordo quanto ao fundamental de sua estrutura institucional"

esta consolidação não vingaria no capitalismo pois:

"tantas pessoas renunciaram e tantas mais vão renunciar com os padrões da sociedade capitalista que, neste terreno, a democracia está fadada a funcionar em crescente fricção" (Schumpeter, 1981)

Se nos voltarmos às formulações de Bobbio (1986) encontraremos elementos comuns aos de Schumpeter. Notadamente, no que concerne à delimitação do conceito de democracia,

"(...) O único modo de se chegar a um acordo quando se fala em democracia entendida como contraproposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos (...). Para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar decisões vinculatórias para todos os membros do grupo e à base de quais procedimentos".

Bobbio (1986), por sua vez, convergeria com Schumpeter (1984) ao sustentar como característica de um governo democrático não a ausência de elites, mas a presença de muitas delas em concorrência entre si para a conquista do voto popular. A consolidação democrática passaria assim pelo empreendimento de "lideranças competitivas" ao mesmo tempo com o apoio de vasta maioria da população em todas as classes, população esta que se disponha a aceitar as regras do jogo democrático.

"implica que todos estejam substancialmente de acordo quanto ao fundamental de sua estrutura institucional"
(Schumpeter, 1981)

Neste quadro das discussões, desejamos ainda passar pela análise de uma última argumentação de conteúdo de grande interesse. Trata-se da discussão de Przeworski. Trataremos sucintamente de elementos contidos em dois artigos deste autor.

Em um primeiro artigo, Przeworski (1986) define o processo democrático como análogo às loterias:

"A democracia é uma loteria coletiva: um mecanismo que periodicamente distribui prerrogativas, vantagens e benefícios de acordo com uma distribuição prévia das probabilidades de serem realizados interesses particulares a um grau definido e de uma forma específica".

A característica visível no sistema de loterias tem a mesma essência anteriormente já discutida por ele mesmo no artigo "Amas a Incerteza e serás democrático" (Przeworski, 1984): em ambas argumentações é pressuposto um comportamento racional dos agentes (o que dificulta em muitos casos sua aplicação) e o papel central das instituições na concretização do jogo democrático. Ela se baseia além disso nas suposições de que as instituições têm influência sobre os resultados dos conflitos, os protagonistas da história, ou seja, os demais agentes acreditam neste poder das instituições e as instituições estão aptas a fornecer suficiente segurança a forças políticas relevantes que existam eventualmente. Enfim, democratização seria definida por ele mesmo como o processo de submeter todos os interesses à competição da incerteza institucionalizada.

Nas proposições de Przeworski, assistimos a preocupação de buscar os contornos também de uma democracia possível na ordem democrática capitalista. Grupos de interesse antagônicos na sociedade provavelmente viriam a aderir à negociação intermediada pelas instituições pois:

"Colocada frente a uma alternativa de um conflito aberto possivelmente violento - cujo desenlace pode ser bastante benéfico mas, ao mesmo tempo bastante arriscado - e uma solução democrática, que implica comprometimento, mas proporciona segurança, as forças políticas envolvidas na transformação do regime podem optar pelo compromisso democrático. (...) O que está em questão em qualquer processo de democratização são as garantias, e estas só podem ser institucionais."(Przeworski, 1984)

3. CRÍTICA E COMPARAÇÃO ENTRE AS ARGUMENTAÇÕES ESTUDADAS

Depreendemos analogias entre as diversas argumentações, mas também divergências fundamentais. Em primeiro lugar, observe-se como Schumpeter apresenta argumentos destoantes aos apresentados por

Hirschman e Przeworski. Colocado em termos sucintos, pode-se dizer que Schumpeter é antagonico aos dois autores em sua descrença com a democracia.

O argumento de Hirschman e Przeworski gira todo o tempo em torno da necessidade de apreensão e tolerância entre as ideologias. O método usado em ambos é convergente enquanto possuidor de uma premissa comum: a racionalidade dos agentes sociais. É a partir dela que convergem numa certa insistência de que a política é em última instância a definidora das condições econômicas dos agentes sociais. Desta forma a democracia institucionalizada (pois acordos substantivos não vinculam as partes num contrato) será desejável na garantia do atendimento das diversas demandas da sociedade.

Um aspecto adicional que deve ser sublinhado nas diversas argumentações ainda que óbvio, é a determinação e condicionamento das teorias ao contexto histórico em que emergem e também a que tipo de economia capitalista estão se propondo analisar.

Schumpeter avalia as economias capitalistas avançadas. Assim, o capitalismo no longo prazo para ele, e podemos mais facilmente concordar com o autor (dentro destes limites), apresentou um bom desempenho. Problemática seria relegar à democracia um papel tão secundário em condições concretas opostas às consideradas pelo autor.

Hirschman e também Przeworski centram suas atenções na discussão da democracia possível dentro do capitalismo, mas preocupados com sua especificidade em países recém egressos de regimes autoritários, discorrem sobre as peculiaridades da transição democrática na América Latina (principalmente e notadamente em Hirschman).

A busca por solucionar os conflitos de interesse na sociedade de mercado serão mais problemáticas e conflitantes quanto maiores forem os desníveis sociais (distribuição de renda e riqueza). Este condicionamento econômico² agravado pelo passado recente de ditaduras milita-

² Os condicionamentos econômicos podem ser decorrentes inclusive das determinações internacionais. O subjuço ao Sistema Financeiro Internacional é um obstáculo para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento portadores de vultuosas dívidas externas.

res, torna por outro lado as forças desproporcionais e favorece os interesses dos mais fortes.

A solução democrática é bastante desejável requerendo antes uma transição segura que viabilize a sustentação da nova ordem.

Quando Hirschman busca resgatar a moralidade nas ciências sociais enfatizando a importância desse mecanismo para que a economia se desfaça de análises que não carregam nenhuma essência humana, ele, provavelmente, leva às últimas conseqüências sua conclusão no sentido de uma urgência no diálogo entre as partes (os diversos agentes representativos da gama de interesses existentes na sociedade) que tornem improváveis o recuo para regimes autocráticos.

A reabilitação moral, segundo o que nos sugere o autor, é mais urgente e significativa nas esferas macro da economia, em decorrência principalmente dos transtornos gerados pela inflação.

"A compreensão bem como o controle da inflação contemporânea requerem uma sondagem profunda do subsolo social e político da economia (...) a inflação reflete uma disposição crescente para as vias de fato da parte dos vários grupos sociais que até agora haviam sido consideradas em nossos manuais como 'cooperativos na geração e na distribuição' do produto social (...) O prejuízo causado pela 'abordagem econômica' baseada no modelo tradicional do interesse egoísta (...) é devido a um comportamento humano que é simplista em sua generalidade" (Hirschman, 1981).

Sinteticamente, achamos possível afirmar a presença de uma defesa da democracia contra o economicismo - tanto em Hirschman quanto em Przeworski - em suas argumentações a tese em relevo aponta para a irredutibilidade da gestão da sociedade à concepção de um mecanismo que elimine a incerteza.

Em Przeworski a democracia emerge como um conflito institucionalizado, regulado através da negociação - de certa forma as instituições assumem o papel de "suavizadoras das paixões" que os autores clássicos tratados por Hirschman teriam atribuído ao comércio.

Os vínculos da economia política vêm em Hirschman e Przeworski impregnadas pela “incerteza” necessária porque incertos são os resultados da “competição democrática”.

O quadro abaixo representa esquematicamente os desdobramentos da dicotomia PAIXÕES X INTERESSES inerentes aos argumentos discutidos.

PAIXÕES X INTERESSES

Poder da vida pública	X	vida privada
Regulação via política	X	economia-mercado (autopropulsor)
Organização de interesses	X	interesses na esfera privada na esfera coletiva

4. CONCLUSÃO

A ordem desejável, a democracia, nas sociedades atuais encontra uma gama muito ampla de diferenciações possíveis de acordo com as pré-condições concretas que cada sociedade lhe apresenta. Há unanimidade na demanda pela democracia, todavia são por demais variados os substratos onde ela pretende instalar-se, e depende destes substratos a sua probabilidade de êxito.

O capitalismo entendido em seus “mecanismos” conforme tratam os manuais criticados pelos autores por nós vistos, tem a propriedade de produzir uma “individualização”, tal como a economia freqüentemente trata seus “atores” na teoria do consumidor (microeconomia). Estes se comportam exclusivamente de acordo com seus desejos (interesses) pouco importando com as conseqüências das ações individuais “maximizadoras” na esfera geral da sociedade (já que esta teoria isola nas premissas, o indivíduo, supondo todo o resto constante com famoso “coeteris paribus”). Nesta esfera se “privatiza” e se reduz a vida pública. Os “interesses” seriam propulsores da suavidade do comércio

apenas numa dimensão muito reduzida da sociedade de mercado, uma dimensão inteiramente individualizada.

Este tipo de raciocínio *"simplista e destituído de moralidade"* (Hirschman), ou melhor, de preocupação com o coletivo (essência humana) conduz à supressão da relevância da esfera pública.

A sociedade concreta apresenta contingências que de forma bem mais imediata interferem nesta "suavidade" repleta de interesses manifestos (capitalista). Continuam a emergir sempre formas de organização coletivas que contestam esta "ordem" (tipo: luta de classes).

Hirschman muito apropriadamente critica este sistema de mercado aparentemente ideal, como sendo um estereótipo do que na realidade implica a aceitação do sistema capitalista (que é o capitalismo tratado pelos autores citados no livro "Paixões e Interesses"). As análises tradicionais do capitalismo por ele abordadas, reduzem a dimensão concreta do sistema de mercado a uma economia "intocável" que se relaciona apenas com a esfera privada ou à uma outra em que a esfera pública apresenta-se aliviada de tensões através da simples contraposição entre o cidadão e um "Estado Zelador".

Tais estereótipos não são encontráveis na sociedade concreta. De um lado como Schumpeter acertadamente enfatiza ela tem crises constantes econômicas ou não, mas com desdobramentos políticos e sociais. A economia e o sistema capitalista são permanentemente expostos à contestação dos cidadãos que requerem além da existência do mercado, condições mínimas de vida, uma existência condigna.

Além disso, um segundo fator está em que os cidadãos não se satisfazem com a vida privada, reivindicam por interesses de grupo, porque entendem a necessidade de se organizar politicamente, se desejam resolver suas questões econômicas (conforme Przeworski), fundamentalmente porque enquanto "homens não são redutíveis à dimensão unidimensional. Pela via das instituições canalizam esforços e, eventualmente, têm êxito num tipo de "democracia possível".

5. BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto - "*O Futuro da Democracia*" - Ed. Paz e Terra, RJ, 1986.

HIRSCHMAN, Albert ^o - "*A Economia como ciência moral e política*" - Ed. Brasiliense, SB, 1986.

_____ "*As Paixões e os Interesses*" - Ed. Paz e Terra, RJ, 1979.

_____ "*A Democracia na América Latina*" - dilemas" - *Novos Estudos CEBRAP*, n^o 15, SP, julho de 1986.

_____ "The concept of Interest: from Euphemism to Tautology" - "*The Rival Views of Market Society*".

PRZEWORSKI, Adam - "Ama a Incerteza e serás Democrático" - *Novos Estudos CEBRAP*, n^o 9, SP, julho de 1984.

_____ "O Pacto Democrático" - *Folhetim da Folha de São Paulo*, 26 de junho de 1987.

SCHUMPETER, Joseph A - "*Capitalismo, Socialismo e Democracia*" - Ed. Zahar, RJ, 1984.